

Ainda existe a possibilidade de uma ruptura progressista?

Gilberto Maringoni*

Resumo:

Vinte anos depois da derrocada dos regimes do socialismo real, que gerou uma aguda crise política e ideológica na esquerda mundial e seis anos após a chegada ao poder de um partido de origem popular no Brasil, o que significa exatamente advogar uma ruptura revolucionária e traçar uma estratégia socialista? Este artigo busca, a partir de uma análise da história recente responder a essa pergunta e defender a atualidade/necessidade da revolução.

Palavras-chave: revolução, ideologia, programa.

Abstract:

What is the meaning of advocating a revolutionary break and drawing a socialist strategy twenty years after the collapse of the real socialism regimes, which led to a sharp political and ideological crisis in the world left and six years after the grassroots party came to power in Brazil? From an analysis of recent history, this article aims at answering this question and defending the present and the need for revolution

Keywords: revolution, ideology, program.

* Historiador, jornalista, professor da Fundação Cásper Líbero e pesquisador do IPEA e autor, entre outros, de *A revolução venezuelana* (Editora UNESP, 2009).

Gilberto Maringoni

Vinte anos depois da derrocada dos regimes do socialismo real, que gerou uma aguda crise político e ideológica na esquerda mundial e seis anos após a chegada ao poder de um partido de origem popular no Brasil, o que significa exatamente advogar uma ruptura revolucionária e traçar uma estratégia socialista?

Um objetivo desse tipo não pode ser uma construção apenas doutrinária, desvinculada das lutas e condições concretas da realidade política. Revolução e socialismo não são valores ou categorias morais. São, antes de tudo, objetivos políticos, inseridos na real disputa de forças na sociedade. Isso acarreta estabelecer metas de curto, médio e longo prazo, examinar quem são aliados e inimigos e traçar um programa mínimo e um programa máximo de ação. Em outras palavras, são partes da construção de uma tática política.

Não se trata assim de tarefa acadêmica. Uma articulação desse tipo deve captar uma vontade expressiva na sociedade, através do entrecchoque de idéias e de contribuições de variados interesses, pautados na luta de classes e tendo como núcleo fundamental a classe operária, os trabalhadores, os setores pobres da cidade e do campo e parcelas da pequena burguesia. Outras frações de classe podem eventualmente se juntar nessa empreitada, dependendo das condições concretas da disputa política. Todos estes setores são representados na arena política por agremiações políticas e entidades associativas. A unidade de ação entre tais setores deve levar em conta os interesses em jogo e condicionantes históricas, econômicas, sociais e culturais.

Ao longo das últimas duas décadas, *revolução* passou a ser um conceito tido como obsoleto. A queda do muro de Berlim, em 1989, a derrota eleitoral dos sandinistas na Nicarágua, em 1990, o desmanche da União Soviética, em 1991, e a supremacia do modelo neoliberal em quase todo o mundo, acuaram as forças que pregavam mudanças na ordem social. A própria idéia de *revolução*, no sentido de uma transformação radical da realidade, foi colocada em xeque.

O que é uma revolução? As definições sobre o que seria uma mudança de tal natureza foram bem sintetizadas por Caio Prado Júnior:

Ainda existe a possibilidade de uma ruptura progressista?

“Revolução, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais” (PRADO JUNIOR, 1987: 11).

O *Dicionário de política*, organizado por Norberto Bobbio afirma que: “A revolução só se completa com a introdução de profundas mudanças nos sistemas político, social e econômico” (BOBBIO, 2004: 1121). Alterações de tal magnitude na ordem social foram descartadas nas últimas duas décadas por grande parte das forças políticas, tanto de direita quanto de esquerda. A possível inviabilidade de tais processos foi argumentada especialmente em dois livros de grande sucesso na primeira metade dos anos 1990.

O primeiro foi *O fim da história e o último homem* (1992), do sociólogo norte-americano Francis Fukuyama. Sua tese principal é a de que o capitalismo e a democracia liberal representam o ápice da história humana. Não haveria espaço para qualquer alternativa, tanto no terreno da política, quanto no da economia. Possíveis mudanças sociais seriam, dali por diante, gradativas e sem sobressaltos qualitativos.

A segunda obra foi *A utopia desarmada* (1994), do cientista político mexicano Jorge Castañeda, posteriormente Secretário de Relações Internacionais do governo conservador de Vicente Fox (2000-2006). Nela, o autor escreve que A própria idéia de revolução, durante décadas crucial para o pensamento radical latino-americano, perdeu seu significado. (...) A idéia de revolução murchou porque seu resultado tornou-se indesejável ou inimaginável (CASTAÑEDA, 1994: 205-6).

Publicados simultaneamente em vários países, os livros fizeram a festa dos setores conservadores e de parcela da esquerda que transitou para a direita. Ali estavam sistematizadas uma suposta teoria e uma justificativa racional para a implantação das doutrinas ultraliberais, que possibilitariam um transformismo sem culpas de setores outrora progressistas. *Revolução* tornara-se um conceito banido não apenas da pauta política, mas dos estudos acadêmicos.

O conceito só foi recuperado pela luta política. Quando, ao chegar ao poder na Venezuela, em fins de 1998, o ex-tenente-coronel Hugo Chávez Frias trouxe à baila o conceito tido como fora de moda. A audácia foi exibida não apenas em seus atos iniciais, mas ao recolocar na agenda política a palavra maldita. *Revolução* foi um tema central na ofensiva desencadeada a partir de Miraflores, o palácio de governo, ao longo do tempo. Trata-se de uma luta política e ideológica de envergadura, como se dizia em outros tempos. Não está claro se Chávez ou se os outros governos progressistas da América Latina estão de fato realizando revoluções. Importa é o fato de a discussão estar sendo realizada no continente de forma mais aberta.

Quando a palavra *revolução* voltou a ser pronunciada abertamente, o neoliberalismo passava por maus momentos. As quebras sucessivas das economias mexicana (1994), tailandesa (1997), russa (1998) e brasileira (1999) evidenciaram a inconsistência do livre-mercado como regulador sistêmico. O vocábulo foi usado e abusado ao longo do último século na América Latina. Serviu para designar enfrentamentos violentos que, muitas vezes, nada tinham a ver com as transformações radicais. Para não irmos longe, basta lembrar que a direita propagou o golpe de 1964, no Brasil, como sendo uma *revolução*. Várias rebeliões e golpes de Estado foram classificados como *revoluções*, algo muito mais complexo que uma troca de governo. Como já foi dito, processos assim implicam câmbios profundos na estrutura de poder das sociedades e as crises revolucionárias representam o desenlace de impasses e disputas gestadas muitas vezes em décadas de conflitos e contradições¹.

O debate sobre processos revolucionários pode levar à discussão de outro conceito banido da agenda política: o projeto socialista. A luta pelo socialismo depende de vontade coletiva, da identificação de quem seriam seus agentes e sua base social. Mas depende fundamentalmente de uma

¹ Não é a intenção deste artigo a teorização e a categorização dos diversos tipos de crises revolucionárias e de revoluções. Uma excelente contribuição a este debate é o livro de Valério Arcary, *As esquinas perigosas da história*, Xamã, 2004, São Paulo.

Ainda existe a possibilidade de uma ruptura progressista?

direção política que tenha representatividade e legitimidade diante de uma parcela expressiva da população.

Na atual etapa do desenvolvimento histórico brasileiro a luta pelo socialismo deve romper entraves e constrangimentos históricos do Brasil. São eles a estagnação que acometeu o país por quase 25 anos, por força das amarras financeiro-especulativas desta fase do capitalismo. Se, como dizia Marx, o socialismo representará o desenvolvimento máximo das forças produtivas, com a disseminação do bem-estar e da qualidade de vida, não há como associá-lo a um quadro de estagnação econômica, queda da atividade produtiva, desemprego e queda da renda do trabalhador.

Vale neste ponto atentar para duas questões. Desenvolvimento não é a mesma coisa que crescimento econômico e desenvolvimento não é algo de interesse apenas da burguesia. É algo de interesse também dos trabalhadores. Mas é preciso qualificar desenvolvimento, para que a esquerda brasileira não fique a reboque do desenvolvimentismo, como ficou depois da Declaração de Agosto de 1958, do Partido Comunista Brasileiro. Produzida para possibilitar ao Partido uma coesão mínima para atuar no dia a dia, a Declaração subordinava claramente as forças populares ao que se denominava no texto de “burguesia brasileira”, que teria tarefas históricas democráticas e antiimperialistas a realizar. A maior parte dessa burguesia aliou-se ao imperialismo no golpe de 1964 e isolou os comunistas e a esquerda em geral. Embora desenvolvimento e socialismo se completem, eles não são a mesma coisa. Tampouco ele se confunde com crescimento econômico.

Celso Furtado, que não era socialista, diferenciava desenvolvimento de crescimento. Para ele, “O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em

Gilberto Maringoni

desenvolvimento” (FURTADO, 2004: 484). Ou seja, trata-se de um processo de transformação social. Esta transformação será tão mais profunda quanto mais a esquerda socialista souber empreender uma luta política para fazer aliados e formular programas.

Para definir os atores sociais de uma empreitada dessa envergadura, é preciso apontar o que se quer e onde se deseja chegar. A estratégia de transformação conformará a frente de interesses e de interessados, deixando claro quais os beneficiados e quais os prejudicados com o processo. Em linhas muito gerais, pode-se dizer que um projeto socialista deve garantir a socialização dos meios de produção. Na sua construção, deve buscar, entre outros tópicos, emprego, renda e acesso à cultura para a maioria da população, a melhoria dos serviços públicos, uma rede de proteção social eficiente, a democratização da propriedade, um estímulo à produção, uma reforma tributária progressiva, uma expansão econômica ecologicamente sustentável e uma inserção soberana do país no mundo.

Lutar pelo socialismo não é consenso nem mesmo entre a esquerda. Implica disputa de rumos. Cada um daqueles tópicos arrolados no item anterior está inserido em um quadro de pressões e contrapressões na sociedade. Em qualquer processo histórico há os ganhadores e os perdedores. O que é aparentemente simples tem por trás de si um complexo jogo de interesses. Para vislumbrar o desenvolvimento futuro, é necessário observar o caminho percorrido até aqui. É necessário olhar para a História.

Embora os dilemas do desenvolvimento se coloquem pelo menos desde a Independência, vamos nos fixar no passado recente, quando a industrialização e a formação social do país tornavam-se mais complexas. Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil era o maior exportador mundial de café. A produção nacional determinava os preços internacionais do produto. A economia cafeeira não apenas era o motor da economia, como tinha a característica de irrigar todo o sistema produtivo, irrigando o mercado de trabalho, a malha de transportes, as finanças, o comércio, a distribuição, a armazenagem e o sistema portuário. O Brasil era o café. Exportávamos produtos primários e importávamos produtos industriais.

Ainda existe a possibilidade de uma ruptura progressista?

Em um quadro dessa natureza, existia uma controvérsia entre uma possível vocação agrícola do País e a necessidade de o Estado utilizar os excedentes da produção cafeeira para subsidiar um processo de industrialização. Ou seja, um dos lados afirmava ser necessário produzir mercadorias com maior valor agregado, criar um mercado interno para tais produtos e ter melhores relações de troca com o resto do mundo. A outra parte defendia que deveríamos investir em nossa *vantagem comparativa*, localizada na agricultura, incentivando e melhorando a produção de café. Por essa lógica, subsidiar, com dinheiro dos impostos, indústrias tidas como ineficientes era algo que não se apresentava como uma opção conseqüente, ao onerar indevidamente a sociedade. Melhor seria importar manufaturados dos países ricos e exportar aquilo que nossa *vantagem comparativa* possibilitava.

A expressão *vantagem comparativa* vem da teoria econômica. Seu formulador foi David Ricardo (1772-1823), o mais importante economista do século XIX, depois de Karl Marx (1818-1883). Ricardo acreditava que o comércio entre países ou regiões pode ser mutuamente vantajoso, mesmo com a existência de possíveis assimetrias em suas economias. De acordo com ele, o fator que baliza tais relações de troca não é o custo de produção, mas a produtividade média de cada local. Assim, os países se voltariam para uma especialidade, na qual cada um teria vantagens de eficiência e de produtividade em relação aos demais. A teoria das vantagens comparativas adequava as assimetrias entre países ao *status quo*, em um tempo de hegemonia absoluta do império britânico. Com base em tal idéia, os liberais da primeira metade do século passado, partidários da supremacia da agricultura, argumentavam que as leis de mercado resolveriam os gargalos da sociedade brasileira, como o atraso e a pobreza da população. O setor industrialista, por sua vez, advogava uma política de planejamento econômico com forte intervenção estatal para vencer as barreiras ao desenvolvimento.

As primeiras formulações socialistas no Brasil datam dos anos 1920. Foi quando Otavio Brandão, fundador do PCB advogava a tese de que a sociedade brasileira era dominada pelo latifúndio de características feudais.

Gilberto Maringoni

A decorrência disso é que a transformação socialista, a revolução brasileira, teria de ser essencialmente antilatifundiária e antiimperialista, num primeiro momento. A partir daí, e levando-se em conta a formulação da III Internacional da formação das frentes populares, a principal força de esquerda no país, o PCB, formou primeiro o Bloco Operário-Camponês, no final dos anos 1920 e, na primeira metade da década seguinte, a Aliança Nacional Libertadora, a ANL, que chegou a contar com 200 mil filiados em todo o Brasil.

Não nos alonguemos nessa história. O fato é que as formulações do PCB eram ainda rudimentares no entendimento da sociedade brasileira. Aliada á feroz repressão do governo Getulio Vargas (1930-1945), tal fator contribuiu para que o partido e a esquerda não conseguisse ter voz ativa no debate nacional da época.

Até 1930, a indústria brasileira estava centrada em poucos setores, entre eles siderurgia e tecelagem. A produção, localizada em sua maior parte no centro-sul, ensejara a conformação de uma diminuta classe operária, formada em sua maioria por imigrantes. As idéias em disputa estavam no âmbito da burguesia. Com o PCB clandestino, a primeira interpretação de vulto sobre a economia brasileira veio à luz apenas em 1943. Era *Formação Econômica do Brasil*, de Caio Prado Jr. Evidentemente as frações da burguesia não falavam de revolução, mas em desenvolvimento. Duas correntes de opinião travaram um embate teórico pioneiro entre 1944 e 1945. Foi protagonizado por figuras de proa da vida brasileira, o industrial paulista Roberto Simonsen e o economista liberal carioca Eugenio Gudin. A controvérsia se deu no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico do governo Getulio Vargas (1930-1945), com a troca de longos documentos, fundamentando cada ponto de vista.

Simonsen defendia o planejamento estatal na alocação de recursos e incentivos para a indústria, enquanto Gudin propugnava uma ampla liberdade de mercado, que favoreceria a agricultura, sem subsídios a indústrias tidas como ineficientes. Esse debate já continha os fundamentos das concepções econômicas que pautariam a cena política e social do país

Ainda existe a possibilidade de uma ruptura progressista?

nas décadas seguintes. Ao longo do tempo, a elas foram se juntando novas formulações e novos matizes, por conta das mudanças na economia nacional e internacional.

A História deu razão aos industrialistas. O Estado brasileiro, em meio a muitos embates, atuou durante décadas como indutor, planejador e financiador do desenvolvimento. Em menos de meio século, entre 1930 e 1980, deixamos de ser uma imensa fazenda agrícola para sermos a sétima maior economia do mundo capitalista. Criou-se um neologismo no segundo pós-Guerra para designar a ação do desenvolvimento. Era o *desenvolvimentismo*. Politicamente, em si, a palavra não definia muita coisa, pois havia setores da esquerda, do centro e mesmo da direita partidários de tal dinâmica. Embora, já no século XIX, Marx enfatizasse que uma sociedade socialista seria produto do pleno desenvolvimento das forças produtivas, o economista que melhor sedimentou as bases do desenvolvimento econômico foi um lorde inglês, John Maynard Keynes (1883-1946). Estavam em lados opostos na arena política.

Keynes formulou as principais diretrizes para a recuperação econômica do mundo capitalista após o fracasso do liberalismo, expresso na crise de 1929. Defendendo maciças intervenções do Estado na economia, através de medidas monetárias e fiscais, o economista formulou medidas anticíclicas para reativar a demanda deprimida, balizar investimentos públicos e permitir o retorno do crescimento e do desenvolvimento. Sua principal obra, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936), voltava-se para a definição da macroeconomia e tinha na conquista do pleno emprego um dos principais vetores da reativação econômica. As teorias de Keynes foram a base do conjunto intervenções estatais praticadas a partir de 1933 pelo presidente Franklin Roosevelt (1882-1945), com o objetivo de combater a crise nos Estados Unidos. Estas ficariam conhecidas como *New Deal* e subverteram as bases do ultraliberalismo até então praticado. Tanto as formulações de Keynes, divulgadas inicialmente no Brasil por Eugenio Gudin, em 1943, quanto o *New Deal* tiveram enorme impacto em todo o mundo. O debate econômico focou-se cada vez mais no papel do Estado.

Gilberto Maringoni

A partir de 1948, o desenvolvimentismo no continente passou a contar com a importante e decisiva contribuição da Cepal, a Comissão Econômica para a América Latina, órgão criado pela ONU, com sede em Santiago, Chile. Seus principais formuladores foram os economistas Celso Furtado (1920-2004), do Brasil, e Raul Prebisch (1901-1986), da Argentina. Criada no ambiente do pós-Guerra e largamente influenciada pelas idéias de Keynes e pela política econômica de Roosevelt, suas diretrizes representavam uma forte oposição ao liberalismo e à teoria das vantagens comparativas. Também levavam a uma redefinição do papel do Estado e à perspectiva de uma nova inserção internacional da América Latina. A solução proposta para os impasses continentais era a industrialização, através de um processo de substituição de importações. O paradigma ficaria conhecido como o *nacional-desenvolvimentismo* (MARTINS, s/d: 4).

As principais idéias da Cepal dizem respeito à percepção das relações centro-periferia, no sistema capitalista, e a um detalhamento maior sobre a deterioração dos termos de trocas entre produtos agrícolas e industriais no comércio internacional. Por conta do crescente valor agregado aos manufaturados, haveria uma assimetria estrutural no comércio entre os países, que relegariam à periferia a uma eterna posição secundária na economia internacional. Os preços dos manufaturados seriam estruturalmente crescentes em relação aos bens primários. Tais barreiras somente seriam superadas com forte intervenção estatal, na falta de uma burguesia nacional capaz de cumprir as tarefas do desenvolvimento. Era uma contraposição frontal à teoria das vantagens comparativas.

As formulações de Prebisch e Furtado não prescindiam da participação do capital estrangeiro. Ao contrário, este seria fundamental para complementar o investimento público. Para eles, o subdesenvolvimento não era uma etapa do desenvolvimento, mas um estágio do capitalismo maduro, construído na divisão internacional do trabalho e só seria superado com o planejamento.

O economista liberal Eugenio Gudín, vocalizando os interesses do capital externo, atacava pesadamente o nacional-desenvolvimentismo e a Cepal. Em artigo publicado em 1952, ele desmentia a existência de possíveis

Ainda existe a possibilidade de uma ruptura progressista?

relações desiguais de troca e debitava os problemas dos países subdesenvolvidos aos infortúnios da Natureza. Depois de afirmar que “a civilização ocidental se desenvolveu invariavelmente fora da zona tropical” e que “os países que dispuseram de carvão de boa qualidade e de petróleo fácil encontraram nesses elementos físicos precioso elemento de prosperidade” ele emendava afirmando que “não há como negar que o desenvolvimento econômico é primordialmente função do clima, dos recursos da Natureza e do relevo do solo” (GUDIN, 1952: 50). Não haveria escapatória para países como o Brasil.

O período nacional-desenvolvimentista não foi uniforme e suas características intrínsecas conheceram várias nuances. Obteve-se, através dessas orientações, um modelo de modernização acelerado, que não tocava nas estruturas arcaicas de concentração da terra, da renda e da propriedade. Este padrão assentava-se em três agentes básicos: o Estado indutor, o capital estrangeiro e o capital privado nacional, como sócio menor. O capital estrangeiro entrou de forma crescente à medida que o Estado brasileiro lhe oferecia condições cada vez mais vantajosas de investimento e de retorno.

Pode-se dividir a era desenvolvimentista em pelo menos três fases. Em um primeiro momento, nas primeiras décadas do século XX, instalaram-se no Brasil indústrias de bens de consumo leves, como objetos de uso pessoal e doméstico, especialmente por parte do capital nacional, além de empresas estrangeiras na área de infraestrutura. A partir da segunda metade dos anos 1950, o incentivo principal se deu para a fabricação de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos. A terceira etapa, iniciada nos anos 1970, compreendia a indústria de bens de produção, o que completaria a cadeia produtiva nacional.

Na fase inicial, a construção, de grandes empresas de siderurgia e de energia, pelas mãos do Estado, enfrentava algum tipo de oposição por parte do capital estrangeiro. A partir da metade do século, a estratégia de desenvolvimento interna passou a ser complementar à dinâmica de exportação de capitais, por parte das economias centrais, em busca de melhores condições de investimento.

Assim, o desenvolvimento desse período não aconteceu APESAR da manutenção de nossas desigualdades históricas, mas POR CAUSA da persistência desse quadro. Empresas estrangeiras vieram para o Brasil em busca de novos mercados, de incentivos oficiais, com a perspectiva de remunerar os trabalhadores com salários mais baixos do que em seus países de origem, por conta, entre outras coisas, da precária organização sindical aqui existente. Embora tenha modernizado parte da estrutura produtiva e conformado novas relações entre as classes sociais, o modelo tinha características elitistas e concentradoras de renda. Provocou um dos maiores deslocamentos humanos da história contemporânea, através das migrações internas do campo para a cidade, com vantagens e problemas daí advindos. Não tocava na estrutura social do país, de maneira a democratizá-la.

Mais uma vez, Celso Furtado explicita essa questão. A citação é longa, mas precisa: “Poucas regiões do Terceiro Mundo terão alcançado, nos anos 1950 e 1960, uma taxa de crescimento tão elevada e terão realizado um processo de industrialização tão intenso. A participação do investimento no produto interno brasileiro nesse período atingiu níveis raras vezes iguais, e traduziu um considerável esforço de acumulação, particularmente nos setores de transportes e energia. Porém, nesses anos e nos decênios seguintes, os salários reais da massa da população não refletiram o crescimento econômico. A taxa de subemprego invisível, isto é, de pessoas ganhando até um salário mínimo na ocupação principal, manteve-se surpreendentemente alta. E, mais grave, a grande maioria da população rural pouco ou nada se beneficiou desse crescimento. É verdade que, no período referido, a classe média, antes raquítica, passou a ocupar um espaço crescente. No entanto, a emergência de uma classe média afluyente, em meio à pobreza, quando não miséria, de praticamente um terço da população, é a evidência maior do malogro da política de desenvolvimento seguida” (FURTADO, 2004: 483-4).

O desenvolvimentismo dos anos 1950 entrou em crise, por conta da maciça e crescente necessidade de importação de bens de produção, o que passou a causar desequilíbrios estruturais no balanço de pagamentos. Some-se a isso, uma contradição inerente ao desenvolvimento, a formação

Ainda existe a possibilidade de uma ruptura progressista?

de uma numerosa e disciplinada classe operária que passa a reivindicar uma repartição maior das riquezas por ela produzida. Os desequilíbrios econômicos e a radicalização política criam um clima propício para a ruptura institucional, que se dá através do golpe de 1964. Este sacramenta um peso maior à poupança externa e acentua os traços elitizantes da fase anterior.

Com ganhadores e perdedores, o desenvolvimento verificado entre os anos 1930 e 1980 foi pautado por pesadas pressões internas e externas. Os países industrializados – especialmente os Estados Unidos, que já explicitava seu caráter imperial – não queriam, de início, ter ao sul do mundo um competidor autônomo para seus produtos. Assim, o quadro econômico brasileiro, mais claramente a partir da segunda metade dos anos 1950, evoluiu como um desenvolvimento *dependente e associado*, como perceberam Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, no livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970).

Este modelo consistia em combinar investimento estatal, investimento estrangeiro e (em menor grau) investimento privado nacional, com planejamento econômico por parte do poder público. Ele foi viável e conheceu seu auge no período do chamado “milagre econômico” da ditadura militar, entre 1970 e 1975 e entrou em colapso no final daquela década. A elevação dos juros internacionais, a tendência à queda da taxa de lucros nas economias centrais, a alta internacional dos preços do petróleo e a crise do endividamento externo foram as causas principais de tal situação. Quando o Brasil literalmente quebra, em setembro de 1982, no bojo da crise das dívidas da periferia, há um estancamento no financiamento externo e o Estado torna-se insolvente. Eram obstáculos incontornáveis ao desenvolvimento.

A sociedade brasileira viveu novamente, a partir dos anos 1980, um intenso período de disputas. Podemos classificar, pelo menos, três destes.

O primeiro se deu ao longo de toda aquela década. Percebendo que o modelo anterior entrara em crise e com um acentuado desgaste político da ditadura, um grande debate nacional veio à luz. Ele combinava reivindicações democráticas com definições de rumos na economia. Havia duas vertentes e várias nuances no tabuleiro. O grande capital clamava por uma política de desestatização, identificando o propalado gigantismo do

Gilberto Maringoni

Estado como matriz da dinâmica recessiva e inflacionária que o país viveu a partir de 1982. A saída seria uma redução do papel do Estado, para liberar energias produtivas da iniciativa privada.

Vários setores democráticos, especialmente agrupados em torno do PMDB, pediam uma redefinição do papel do Estado, para que ele readquirisse suas características de planejador e impulsionador do desenvolvimento, com características mais democráticas. Ao mesmo tempo, um vigoroso movimento de massas reivindicava maiores fatias na repartição do bolo para as camadas mais pobres. Como parte da luta ideológica, setores empresariais chamaram este período de “a década perdida”, pelo fato de não terem conseguido impor sua dinâmica na economia. Para os setores democráticos e populares, tratou-se, ao contrário, de uma década ganha, com o fim da ditadura e a reorganização de setores marginalizados em partidos e entidades de massa. A síntese inconclusa se deu na Constituição de 1988, que embora ensejasse vários avanços sociais, expressava uma ordem econômica ambígua. Várias disposições transitórias, fruto de debates não solucionados, jamais seriam regulamentados e a Carta sofreria quase sessenta modificações nas duas décadas seguintes.

O debate dos anos 1980 tinha como pano de fundo a entrada em cena, com força política, do pensamento liberalizante e do predomínio absoluto do capital financeiro. Como ação conservadora, havia pressões pelo o ajuste ortodoxo forçado da economia, com base nas diretrizes do Consenso de Washington (1989), espécie de tábuas da lei da desregulamentação. Outro neologismo ganhava força, o *neoliberalismo*, para classificar um variado cardápio de medidas antiestatizantes.

O segundo período aconteceu ao longo dos anos 1990. O grande capital, financeiro e produtivo, nacional e internacional, logrou impor seu ponto de vista, através das eleições de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, em um quadro mundial favorável a essa ofensiva. Com uma vitória também ideológica sobre setores populares, através da queda das experiências de “socialismo real”, foi implantada de forma acelerada uma orientação de redução do papel social do Estado, com privatizações, aumento do endividamento público e medidas visando

Ainda existe a possibilidade de uma ruptura progressista?

garantir a livre circulação de capitais. Pode-se classificar esta fase como uma *década ganha* para a grande finança. Durante este período, as políticas de desenvolvimento estiveram fora da pauta das autoridades econômicas, em favor da estabilidade da moeda. Como se fosse possível estabilizar de verdade a economia sem desenvolver o país.

O descontentamento popular com as diretrizes contracionistas, com taxas medíocres de crescimento e com três quebras consecutivas da economia nacional levou o eleitorado a apoiar a candidatura de Luis Inácio Lula da Silva, em 2002. Este seria um terceiro período, de reprovação popular ao neoliberalismo. Apesar disso, ao longo de todo seu primeiro governo, Lula adotou e radicalizou a política de seu antecessor. Com a substituição de parte da equipe econômica a partir de 2006 e com uma elevação nos índices de crescimento do PIB, a idéia de desenvolvimento voltou à agenda nacional. Apesar disso, ainda não se constitui como uma diretriz geral de governo. O país vive gerindo a dívida pública, com metas fiscais e metas de inflação extremamente apertadas, além de praticar taxas de juros extremamente elevadas, que atuam como freio permanente ao desenvolvimento.

A história não é linear. A emergência da crise internacional, em 2008, reabriu a disputa por alternativas e fez com que ganhassem força as teses que vêem na centralidade da ação estatal a chave para o desenvolvimento.

Por suas próprias características de pensar o imediato e agir no curto prazo, o capital privado não é um agente central do desenvolvimento. Ele atua em um ambiente previamente preparado. Deixar as decisões de alocação de investimentos, decisões de infra-estrutura e direcionamento do crescimento nas mãos da iniciativa privada e do mercado só leva o país à estagnação e à desorganização econômica.

O Estado é o grande agente do desenvolvimento, ao gerar investimentos, alocar recursos e distribuir riquezas. É ele quem pode ativar a demanda do mercado interno, com inversões em infraestrutura, em políticas sociais, de crédito e de recuperação do salário mínimo. O Estado foi o responsável pela recuperação econômica após a crise de 1929 e pode

Gilberto Maringoni

ser a pedra de toque da retomada no bojo da crise de 2008. Mas para isso, o desenvolvimento precisa entrar na agenda de governo.

É neste cenário que a esquerda socialista pode recolocar com legitimidade a alternativa de uma transformação radical na sociedade. Mas não pode incorrer em dois erros: A. Ficar a reboque dos desenvolvimentistas. Eles são aliados circunstanciais, que tem uma luta comum até determinado ponto. Este é o de romper alguns constrangimentos impostos pelo capital financeiro e pelo imperialismo; B. O segundo equívoco é o oposto. Seria incorrer num doutrinário sectário, de a esquerda se achar portadora da verdade e fazer uma pregação estéril, sem disputar a base social de Lula e nem buscar aliados entre os aliados pela opção neoliberal da área econômica do governo.

O Brasil é possivelmente o país do mundo em que os setores populares são mais organizados. A construção de entidades a partir dos anos 1980 não encontra paralelo em países do mesmo porte. Esses setores- trabalhadores urbanos, rurais, formais e informais, homens e mulheres, representantes de minorias oprimidas (negros, índios, homossexuais, deficientes, populações em situação de risco etc.) – formaram o vasto universo que, nos últimos trinta anos, reivindica com mais ênfase uma democratização dos frutos do desenvolvimento.

Assim, a bandeira imediata da esquerda deve ser: A. Uma política monetária e uma política fiscal expansiva, que se traduza em juros baixos, fim do superávit primário e controle de capitais. B. No âmbito do trabalho, redução de jornada, aumento de direitos e do trabalho formal. C. Estatização do sistema financeiro e reestatização das empresas privatizadas nos últimos vinte anos. Auditoria da dívida pública. E. Direitos iguais para homens, mulheres, negros e minorias.

A luta pelo socialismo não é uma fórmula e não tem manual. É um projeto coletivo. Depende das injunções históricas, do ambiente interno ao país, das condições da economia mundial e de decisões na esfera política. Não existem atalhos.

A luta pelo socialismo não interessa àqueles que têm no terreno financeiro e na especulação a fonte principal de seus lucros. Para estes,

Ainda existe a possibilidade de uma ruptura progressista?

juros altos, que levam a queda dos investimentos, são decisivos para que sigam lucrando fora da esfera produtiva. Ganham com a estagnação, quando a especulação rende mais dividendos do que os lucros na atividade produtiva. Ganham com a era neoliberal. Um projeto desse tipo, que passa por uma ruptura revolucionária, pressupõe a supremacia da política, com sociedade organizada, instituições democráticas e Estado forte. E a mobilização organizada, principalmente em partidos, por parte da população. É algo a favor das maiorias e contra as minorias privilegiadas.

Bibliografia

- CASTAÑEDA, Jorge. *A utopia desarmada*. Cia das Letras, São Paulo: 1994.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Editora Rocco: Rio de Janeiro, 1992
- FURTADO, Celso. “Os desafios da nova geração.” *Revista de Economia Política*, vol 24, nº 4 (96), Out-Dez - 2004, pg. 483-6.
- GUDIN, Eugenio. “O caso das nações subdesenvolvidas.” In. *Revista Brasileira de Economia*, setembro de 1952, pg. 47-78.
- KEYNES, John. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Editora Atlas: 1990.
- MARTINS, Carlos. *O pensamento latino-americano e o sistema mundial*. (s/d). Acesso em <http://www.marxismo.com.br/modules.php?op=modload&name=UpDownload&file=index&req=getit&lid=12>
- PASQUINO, Gianfranco. “Revolução.” In. BOBBIO, Norberto *et al. Dicionário de política*. Brasília: LGE Editora/ Editora UNB, 2004.
- PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

Autor convidado.